

Quando o veto sufoca a voz

Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza (UEPB)

Resumo:

A emergência de visibilizar autoras esquecidas pelo violento controle social e por uma ditadura de acomodação e conservadorismo, empurram, para as margens, autores e autoras cuja obra não circula, inviabilizando o simples conhecimento do autor como estudos aprofundados. A década de 40 em Portugal agiu criminosamente contra autores e autoras em dissonância com o modelo praticado e defendido. Nesse universo, recortamos a escritora Maria Archer, vítima de dupla discriminação como mulher e como escritora que denunciava a própria situação da mulher. A audácia de afrontar valores cristalizados resultou na proibição dos seus livros e posterior exílio para o Brasil, de onde só saiu já doente, para morrer em Portugal em 24 de janeiro de 1982, pobre e esquecida. Maria Archer, embora portuguesa de nascimento (1899) viveu parte de sua vida na África: Angola, Moçambique, Guiné Bissau. Em 1977 conseguiu, afinal, retornar, porém não logrou resgatar a vida adiada, roubada pela intolerância e pelo atraso da ditadura salazarista. Sua escrita permanece ignorada, invisível, sem o necessário encontro com o leitor. Recentemente, houve tímida publicação de título da autora: acanhada para quem escreveu tanto, mas louvável iniciativa. Publicar estudos sobre a obra de Maria Archer como de outras autoras igualmente “varridas para debaixo do tapete” do policiamento ideológico é o objetivo do trabalho que desenvolvo, sempre questionando a noção de cânone como forma de manutenção do poder e banimento de quem o ameaça.

Palavras-chave: cânone, mulher, literatura portuguesa.

Quando publicou, em 1938, o *Roteiro do mundo português*, Maria Archer (1899-1982) realiza um texto com qualidades didáticas, dirigindo-se a hipotéticos alunos, a quem chama “meus amigos”. O livro narra a conquista das terras de África, que a autora nomeia “continuidade da nossa terra”. Tendo vivido por catorze anos naquele continente, Archer conheceu as cinco ex-colônias africanas e fala com entusiasmo dos países que conheceu. Imbuída do fervor colonialista, a princípio, a autora enuncia do lugar do colonizador, contando História, comentando hábitos e costumes, referindo-se sempre aos africanos como “indígenas”, utilizando o plural majestático nós, incorporando o espírito das conquistas que considera legítimo, conforme afirma ao final do livro:

As nossas oito colônias são tesouro tamanho que provoca a inveja, e a cobiça, de muitos povos.

Aqui lhes contei como as descobrimos, como as conquistamos, como as colonizamos, e o que valem, hoje, pelo trabalho dos portugueses, e o que são, hoje, como força moderna e civilização. Civilizar as colônias é a única justificação da sua conquista.

O nosso império colonial pertence-NOS (grifo nosso) por herança, como Nos pertence o NOSSO chão europeu. Foi-NOS, como este, legado pelos nossos maiores navegadores, conquistadores, missionários que, por mares nunca d’antes navegados, correram todos os horizontes, visitaram inúmeros povos bárbaros, e descobriram o contorno físico da Terra (p.260).

A citação é elucidativa da mente colonialista de Maria Archer quando da redação do texto e ainda permanece na segunda edição dele, dez anos depois, considerando-se a coproprietária de um mundo além-mar. Terras que aprendeu a amar.

Não despertara ainda a jornalista combativa para as causas das pessoas subalternizadas, dentre as quais se pode incluir, sem susto, a figura feminina e extensivamente, ela própria, Maria Archer. Provar do conservadorismo, do policiamento ideológico e da repressão violenta contra o livre pensamento encarregou-se de promover uma revisão nas convicções da autora. Amiga e admiradora do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, Archer acreditava no *Mundo que o português criou* (título da obra de Freyre).

A convicção de que o império colonialista portuguesas fundava-se em bases humanísticas, cristãs e não podemos afirmar “democráticas” pelo absurdo da colocação, a autora, como tantos outros que pensaram a cultura portuguesa, equivocou-se, durante um tempo, no ufanismo nacionalista, que não tardou em desvanecer-se faces às injustiças, perseguições e violências a que assistiu e de que também foi vítima.

Archer deixou-se embalar por esses nobres ideais, tendo em mente a afeição que cultivou pela África, fruto dos anos que ali viveu, na condição de metropolitana. Situação confortável que lhe não ofereceu, provavelmente, o contato com os danosos efeitos do colonialismo. O aguilhão da ditadura vai acuá-la e surpreendê-la na censura à literatura que produzia, sob a violenta forma de invasão de domicílio, sequestro dos manuscritos e, o exílio como tentativa de silenciamento daquela mulher audaciosa que afrontava a dinâmica do Estado Novo instaurado em Portugal nos anos 30.

O policiamento ideológico então vigente não admitia insubordinações ou exposições públicas de desagrado contra o regime. Archer usava audaciosa e corajosamente sua escrita contra as injustiças a que assistia e, sobretudo, exortava a mulher portuguesa a uma tomada de atitude menos submissa e mais participativa, além de tratar, quer na ficção, quer na atividade jornalística, de “excluídas” como moças de vida sexual livre, viúvas e divorciadas como, aliás, era a própria autora, após uma década de matrimônio.

No Brasil, para onde veio após grandes restrições à literatura que produzia e diante mesmo da impossibilidade de continuar vivendo em Portugal, já que sobrevivia da escrita, a jornalista prosseguiu publicando em periódicos brasileiros bem como em publicações voltadas ao exilado português, geralmente expulso pelo regime, como ela.

Atuou também como palestrante em eventos e participava de rodas debates sempre em defesa de um ideal democrático e, principalmente, da valorização da mulher como cidadã produtiva no cenário português, como no brasileiro e africano.

As crônicas atestam essa luta titânica contra a superficialidade e a *coqueterie* de mulheres que deviam um trabalho útil à sociedade mas, entretanto, empenhavam-se, quase que exclusivamente, na caça de um marido rico. As mulheres paulistanas e brasileiras em geral, também foram alvo de críticas ferrenhas que escondiam o aconselhamento, a advertência, contra a manipulação sofrida por umas incautas ou no vício da malandragem financiada por uma instituição fragilizada como o casamento. O texto a seguir diz bem da mentalidade carreirista de algumas mulheres retratadas pela autora: “Hei de tratar da pele, das unhas, e das sobancelhas, ela ia pensando. O vestido vai-me bem, o laço da cinta tem muito *chic*. Se eu arranjasse ao menos um capitão...” (*Uma Mulher como as outras*, 1938, p. 243).

O discurso da personagem da novela “Uma mulher como as outras” é sintomático da larga utilização de recursos, com vistas a seduzir um partido razoável para, com ele, garantir a sobrevivência. Note-se que ela não quer um soldado, um sargento, ou um tenente, graduações mais baixas. O desejo enfoca um capitão, no mínimo, como garantia, certamente, de um futuro sem sustos nem trabalhos. Enfatize-se que o título da novela é bastante abrangente: uma mulher como as outras não é especialmente diferente, mas é daquele tipo de mulher que se encontram/encontravam aos milhares: uma pessoa cujo destino estabeleceu, à nascença, como um apêndice de alguém que a alimentaria e abrigaria, pela participação na cama, nem sempre tão assídua, pela procriação e, sobretudo, pela instituição familiar, preservada apesar de.

Sobre o papel da mulher na economia, de ponto de vista da família tradicional é elucidativa de Anne-Marie Devreux no *Dicionário Crítico do Feminismo*:

Ora, a contribuição das mulheres para a produção econômica e sua presença no mercado de trabalho constituem precisamente desvios em relação à norma da repartição entre o papel “instrumental” masculino do pai, provedor da renda da família e encarregado das relações desta com a sociedade, e o papel “expressivo” feminino da esposa-mãe que se consagra à vida doméstica e aos cuidados das pessoas, exercendo sua função afetiva no âmbito da família. A partir de sua especialização exclusiva em matéria de reprodução, toda dimensão econômica seria excluída da família (2009:97).

Conclui-se daí que a crítica encetada pela escola realista no século XIX contra a educação burguesa que preparava adornos humanos e não cidadãs participativas, ainda não alcançou boa parcela da sociedade, não obstante a luta e os avanços conquistados pelas mulheres. Impõe-se aqui constatar que as heroínas de Maria Archer enquadram-se perfeitamente no papel prescrito para elas e nada estranha estarem preocupadas com a segurança e a promessa de um futuro amparado financeira e afetivamente.

Embora o casamento acene com a possibilidade de garantia do futuro, a viuvez ou o divórcio podia/pode sempre arruinar esse sonho. A hipótese aqui aventada tem, no texto abaixo, comprovação sobeja:

O ânimo alvoroçava-se-me para os homens de categoria, os sócios da casa ou os clientes importantes. A desgraça desmoralizara-m e ao ponto de me ser indiferente que a honorabilidade de um casamento ou uma instalação de amante teúda e mateúda com luxo recompensasse o meu amor. Só me firmava no propósito de exigir do homem que me cortejasse a proteção econômica a que tem uma esposa (*Nada lhe será perdoado*, Lisboa, 1952, p. 280).

Trata-se de uma viúva que, sentindo-se livre, tentou refazer a vida, mas a família do ex-marido tomou-lhe até o resto de dignidade, como ela mesma afirma. Caiu tão baixo que já não desejava um esposo. A penúria a que foi relegada pelos impiedosos parentes do marido empurrou-a para vala comum das mulheres que se vendem, pouco diferindo das outras que frequentam as casas de prostituição. Para estas, a diferença está na variedade de parceiros e no caráter accidental das relações. As *teúdas e manteúdas* ficam à disposição de um provedor, para a prestação dos mesmos “serviços”, que a personagem de Archer chama de amor.

Sobre a troca sexo versus bens materiais, lê-se a ponderação de Tabet (1987), comentada por Gail Pheterson:

A troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material pode ser caracterizada como prostituição, mas também pode estar presente em relações como namoros ou o casamento. A existência de um continuum nos intercâmbios econômicos e sexuais entre mulheres e homens é um traço recorrente da organização social em distintas culturas e ao longo da história (2009:203).

Depreende-se, pois, que os relacionamentos baseados na troca, em pouco diferem. Assim, as heroínas da escritora Maria Archer circulam entre o consentido e o proibido, como é o caso das personagens de *Aristocratas*, romance autobiográfico que a indispôs com a família que ali se viu representada.

Mas nem só de militância feminista nutriu-se a pena da escritora. A situação política de Portugal preocupava a exilada e a um grupo ao qual se uniu para contestar a administração do país de onde se exilou. Segundo a pesquisadora Elisabeth Batista,

Nas duas décadas que aqui viveu produziu artigos que contribuíram vivamente para a composição do movimento de resistência ao regime conservador e autoritário vigente em Portugal. Nasce dessa iniciativa conjunta com vários exilados portugueses o órgão de imprensa Portugal Democrático (1955-1974), que pretendia divulgar a situação que se vivia em Portugal e seria a concretização da aspiração de se constituir um grupo de anti-salazaristas a partir do exílio (2008:297).

Desterritorializada, a autora nunca saiu de fato de Portugal. No exílio brasileiro vivia de olhos e atenção voltados para a pátria-além. O desejo do retorno jamais a abandonou e recrudescer após a Revolução dos Cravos que derrubou o salazarismo que tanto a autora combateu.

O desejo de rever Portugal, entretanto, só se realizou no final da década de 70, quando, doente e esquecida Maria Archer retornou à pátria. Ali não a aguardava o reconhecimento a que fazia jus pelos serviços prestados na divulgação da cultura portuguesa e mais que merecidos em recompensa pela vida roubada, ao ser exilada em um país que, para o cúmulo da coincidência também viveu uma ditadura: *entre Cila e Caríbdis*.

Entre a censura e a negação do aplauso, a escrita de Maria Archer esteve longuíssimos anos empenhada nas causas redentoras do homem. Defendendo a autonomia feminina, reivindicando liberdade de imprensa, lutando contra os duros regimes ditatoriais Maria Archer inscreveu seu nome nas literaturas lusofalantes e nenhuma tentativa de invisibilização calará a sua VOZ.

Referências:

ABDALA JR., Benjamin. **De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos**. São Paulo: Ateliê Ed., 2003.

_____. Globalização e novas perspectivas comunitárias. In: ABDALA JR. Benjamin & SCARPELLI, Marli F. (orgs.) **Portos flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

_____. Um ensaio de abertura: mestiçagem e hibridismo, globalização e comunitarismos. In: ABDALA JR. Benjamin (org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARCHER, Maria. Revisão de Conceitos Antiquados. **Ler** (7). Lisboa. Out. 1952, p.5.

ARCHER, Maria. **Ida e volta de uma caixa de cigarro**. Lisboa, Editorial O Século, 1938.

ARCHER, Maria. **Terras onde se fala português**. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.

ARCHER, Maria. **Nada lhe será perdoado**. Lisboa: Edições SIT, 1952.

BATISTA, Elisabeth. Literatura, imprensa e resistência em idioma fraterno: percurso de uma escritora viajante. **Revista da Anpoll**, 208.

BOTELHO, Dina Maria dos Santos. **Ela é apenas mulher**. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1994.

DEVREUX, Anne-Marie. A contribuição das relações sociais de sexo. In: ___. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERREIRA, Ana Paula. ‘Continentes negros’ com nome de Portugal: O ‘Feitiço’ colonialista da Maria Archer. **Discursos Estudos de Língua e Cultura Portuguesa**. Literatura, Nacionalismos, Identidade. 1996, nº 13, p.85-98.

_____. **A Urgência de Contar**. Contos de mulheres dos anos 40. Lisboa, Caminho, 2002.

LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. As correntes contemporâneas. Vol. 7. Lisboa: Alfa, 2002.

MARTINS, Leonor Pires. Menina e moça em África: Maria Archer e a Literatura Colonial Portuguesa. Acessado em 10/08/2012. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma.2005.htm>, p. 77-91.

OLIVEIRA, Américo Lopes de. **Dicionário de mulheres célebres**. Porto: Lello e Irmão, 1998. p. 73.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

i Zuleide DUARTE (Profa. Dra.)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
zuleide.duarte@hotmail.com